Acervo ISA

CEDI - P. I. B.
DATA 31 12 86

Y-JUCA-PIRAMA

O ÍNDIO: AQUELE QUE DEVE MORRER

Documento de Urgência de Bispos e Missionários

Acervo ISA

No vigésimo quinto aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos

desafiados pela nossa consciência e pela nossa missão e pelo choque da realidade que nos envolve

entregamos à consciência nacional e em particular a quantos comungam conosco a mesma esperança

este manifesto de urgência

sobre a dramática condição dos povos indígenas do Brasil.

25 de Dezembro de 1973

NATAL DE JESUS

NATAL DO HOMEM

Acervo ISA

DOCUMENTO DE URGÊNCIA ASSINADO PELOS BISPOS E MISSIONÁRIOS:

Dom Máximo Biennès
Bispo de Cáceres — MT

Dom Hélio Campos
Bispo de Viana — MA

Dom Estevão Cardoso de Avellar
Bispo de Marabá — PA

Dom Pedro Casaldáliga
Bispo de São Félix — MT

Dom Tomás Balduino
Bispo de Goiás — GO

Dom Agostinho José Sartori
Bispo de Palmas — PR

Frei Gil Gomes Leitão,
Missionário de Marabá — PA

Pe. Antonio Iasi
Missionário de Diamantino — MT

Frei Domingos Maia Leite
Missionário de Conceição do Araguaia — PA

Pe. Antonio Canuto
Missionário de São Félix — MT

Pe. Leonildo Brustolin
Missionário de Palmas — PR

Pe. Tomás Lisboa
Missionário de Diamantino — MT

Acervo ISA

1 — SITUAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Os Bispos da região Extremo Oeste declararam a 12-11-1971: "Assistimos em todo o país à invasão e gradativo esbulho das terras dos índios. Praticamente não são reconhecidos os seus direitos humanos, o que os leva paulatinamente à morte cultural e também biológica, como já sucedeu a muitas tribos brasileiras" (1).

O documento firmado por 80 homens de ciência em Curitiba dizia: "Os que assinam o presente, ligados ao problema do índio por razões de atividade profissional ou por vinculação de sentido puramente humanístico, sentem-se no dever de dirigir-se, de público, às autoridades do país e à própria consciência nacional, com o propósito de despertar o interesse e a atenção para as ameaças que se renovam contra os direitos mais elementares das populações indígenas brasileiras" (2).

Para avaliar o alcance da afirmação dos Bispos e dos cientistas acima citados e para verificar que não há apenas ameaças mas reais violações dos direitos das populações indígenas, apresentamos algumas notícias publicadas em jornais e revistas somente nos últimos dois anos, a partir do início da construção das estradas na Amazônia.

"Respondendo às críticas dos irmãos Villas Boas à construção da BR-80, disse o presidente da FUNAI, General Bandeira de Mello que a estrada não vai criar problema para os índios" (3).

Não criar problemas para os índios significa não violar o seu direito à terra, não levar a eles a morte pelas enfermidades e pelos conflitos violentos, não os dispersar, não destruir enfim sua cultura.

Entretanto um antropólogo, assessor do próprio presidente da FUNAI, afirmou: "Todos sabem que uma estrada, cortando reservas indígenas, é um veículo que traz enormes *problemas* para os índios e conseqüentemente para a FUNAI (4). Referindo-se à BR-80 assim falou o sertanista Orlando Villas Boas: "Não tem levado para a região senão cachaça, prostituição, aventureiros e depredadores da natureza" (5).

No princípio deste ano, os jornais noticiavam: "Os três funcionários da FUNAI do subposto de Alalau (Roraima) foram assassinados por vingança pelos índios Waimiris-Atroaris que, em junho de 1972, haviam sido desrespeitados por mateiros contratados para apoiar os trabalhadores da estrada Manaus-Caracaraí" (6).

Acervo ISA

A mesma coisa poderá acontecer em outras áreas, como afirmou o Professor Eduardo Galvão do Museu Goeldi de Belém, ao prever "choques entre as populações indígenas e o elemento colonizador na rodovia perimetral Norte" (7).

Nessa perimetral, além das mortes violentas, ha ainda, como em todos os casos de contato dos índios com as frentes de penetração, a morte causada pelas enfermidades: "14 índios Waimiri-Atroari, vítimas da gripe fog" (8).

A respeito da situação dos índios de Roraima, dizia um jornal de Manaus: "O índio foi e continua sendo sempre a vítima indefesa. Suas terras são invadidas, suas reservas roubadas, suas mulheres ultrajadas. A polícia de Boa Vista sabe disso... a FUNAI também o sabe...; só nós não sabemos porque o índio deve continuar a ser exterminado sob o olhar tutelar da FUNAI..." (9).

A BR-80 que dividiu a tribo Tukarramãe provocou toda uma reação em cadeia. "Como conseqüência daquela reação em cadeia, outros problemas virão e, quando forem constatados, muitos índios já terão morrido" (10). Isto, infelizmente, já está acontecendo: "4 mortos, 20 doentes em perigo de vida e 70 internados são o resultado do surto de sarampo que atingiu os índios Tukarramãe, numa das mais graves crises de doenças do Parque Nacional do Xingu, agora cortado pela BR-80" (11).

Essa calamidade, porém, se justifica dentro da visão do sistema "pois o Parque Nacional do Xingu não pode impedir o progresso do país", como afirmou o presidente da FUNAI, General Bandeira de Mello (12). A resposta a isto já foi dada antecipadamente pelo poeta: "... chame-lhe progresso quem do extermínio secular se ufana; eu, modesto cantor do povo extinto, chorarei nos vastíssimos sepulcros que vão do mar aos Andes e do Prata ao largo e doce mar das Amazonas" (13).

Tal violação dos direitos dos índios não constitui problema para a FUNAI que, na opinião do Deputado Jeronimo Santana, "perdeu o sentido da mensagem do Marechal Rondon — morrer se preciso for, matar nunca — e hoje em dia, para defender seus interesses, o que o órgão leva menos em conta é o próprio índio" (14).

A linguagem do General Bandeira de Mello parece menos a do presidente do órgãos criado para defender os direitos dos índios, que o eco das palavras dos latifundiários da Amazônia: "Referindo-se às diretrizes da FUNAI para 1972, voltou a ressaltar que o índio não pode deter o desenvolvimento" (15).

Acervo ISA

A simples construção de uma estrada em área indígena constitui uma violação do direito que os índios têm sobre suas terras. No dizer de quem é autoridade no assunto, Gonzalo Rúbio, Diretor do Instituto Indigenista Interamericano: "A ação dos aventureiros e exploradores de ontem, contra os indígenas, se somam hoje os elementos novos, as *estradas* e as forças *progresso* — os quais, mesmo sem intenção de produzir danos, atrapalham inegavelmente a vida dos grupos que ainda restam" (16). Tal assertiva encontra eloquente comprovação no que disse o engenheiro Claudio Pontes, da Empresa Industrial e Técnica, uma das que vão construir a Perimetral Norte: "Em momento algum o trabalho será interrompido, mesmo que surjam problemas com índios" (17).

Os conflitos surgem inevitavelmente: "Trabalhadores e engenheiros da COTERRA — companhia de terraplenagem que constroe a BR-80 — foram recebidos à bala, quando tentaram se aproximar da aldeia dos índios Tukarramãe..." (18).

"Um ultimato, um furto e um tiroteio, com a agravante da tensão na área, provaram, há duas semanas, que os índios do Xingu não aceitam ainda a estrada" (19).

Resumindo: "A Transamazônica e outras estradas em construção no Norte do país estão formando o cerco em volta de 80 mil índios brasileiros, condenando-os à extinção" (20).

Aliás a Amazônia é tida como terra de ninguém e o triste exemplo de desrespeito aos direitos de seus legítimos ocupantes lamentavelmente vem de cima: "Quando se quer fazer alguma coisa na Amazônia, não se deve pedir licença: faz-se", afirma o Coronel Carlos Aloísio Weber (21).

Que outros órgãos do governo, responsáveis pelos bens materiais da Amazônia, sejam omissos, já é intolerável pois constitui, na expressão do General Olímpio Mourão Filho: "um absurdo o que se faz atualmente na Amazônia. Acabaremos transformando a selva num deserto" (22) Ultrapassa, portanto, o absurdo que o órgão nato para a defesa dos direitos dos índios seja "o grande ausente nos sertões amazônicos", como teve oportunidade de confirmar, em sua segunda viagem ao Norte, o General Frederico Rondon (23).

A imagem que temos da Amazônia, essa vastidão plena de mistérios e de desafios, que oferece tanto espaço para o mito da "conquista" pode facilmente atenuar ou encobrir a responsabilidade da FUNAI. Se, porém, passarmos para o extremo sul do país, encontramos melancólicos depoimentos como este de Carlos de Araujo Moreira Neto: "Em relação ao

Acervo ISA

problema que vem sendo especificamente discutido, isto é, a situação atual dos índios Kaingang do Rio Grande do Sul, principalmente no que se refere às sucessivas invasões de Nonoai por intrusos, a posição da FUNAI e de outros setores oficiais interessados, é caracteristicamente cautelosa e dilatoria o que leva ao fortalecimento do "status-quo". Neste sentido não ha diferença entre a ação da FUNAI e a do SPI, ambos incapazes de uma modificação significativa no sistema geral de expoliação e aviltamento a que esteve (e está) submetido" (24).

Ainda a propósito dos índios do Sul, podemos citar a opinião de outro antropólogo, o Professor Sílvio Coelho dos Santos, diretor do Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina: "... conheço a situação dos índios nos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pois desenvolvi extenso projeto de pesquisa nessa área. A situação não é boa em nenhum dos postos que conhecemos, mas é sempre pior quando os indígenas estão em contato com os brancos" (25).

"Bêbados, maltrapilhos e famintos, escondidos no mato ou vagando pelas estradas a esmolar, os poucos milhares de índios das reservas do Rio Grande do Sul, passam quase ignorados durante os últimos meses de farto noticiário acerca de seus irmãos de raça". (26).

"O engenheiro Moisés Westphalen, professor universitário e grande estudioso do problema indígena, afirmou: "O governo gaúcho sempre participou da expoliação da terra dos índios e a FUNAI é uma morta-viva. O que estão fazendo com os índios no Rio Grande do Sul é um genocídio, porque eles não podem viver sem terra" (27).

Seguindo o roteiro da miséria e da fome do índio brasileiro, encontramo-los também em S. Paulo onde "passam o dia mendigando, dormindo sob as pontes e bebendo a cachaça que podem comprar ou que os moradores de outros barracos lhes oferecem. Vestem-se de farrapos e perambulam pelos bairros próximos de Santo Amaro (28).

No Mato Grosso os Xavantes estão "em pé de guerra e dispostos a reagir a qualquer invasão de suas reservas" (29). Os Tapirapés foram recentemente "ameaçados de ser retirados de suas terras pela FUNAI" que desejava "transferi-los para a Ilha do Bananal, cedendo às pressões da Companhia Colonizadora Tapiraguaia (30).

"Os índios Galera e Sararé do grupo Nhambiquara, que a FUNAI está transferindo para uma reserva indígena, encontram-se em estado de saúde tão precário que, há poucos meses,

Acervo ISA

um surto de gripe, decorrente do contato com os brancos, dizimou toda a população tribal na faixa dos 15 anos" (31). A transferência dos índios Nambikuara se prende à necessidade de ceder suas terras a poderosos grupos econômicos.

Noticias provenientes de Cuiabá dão conta de que os Kaiabi foram solicitar armas à FUNAI "para enfrentar alguns fazendeiros da localidades de Porto dos Gaúchos que continuam invadindo suas terras (32).

Em Goiás informa-se que "250 índios Xerentes tentam assumir o controle do município de Tocatinias, tendo já saquedo algumas fazendas. Os índios reclamam a propriedade das terras em que vivem" (33).

A respeito dos índios Karajá da Ilha do Bananal, Estado de Goiás, lemos depoimentos como este: "Vejam: os civilizados construiram aqui os seus hotéis para assistir a decadência de outra civilização. É uma barbárie". A barbárie a que se refere o oficial da FAB é o espetáculo visto da varanda do hotel Kennedy naquela ilha: "Os índios carajás voltando bêbados da cidade matogrossense de S. Félix. Os índios atravessam o rio soltando longos "uivos" dentro da noite" (34). Ainda sobre os Karajás: chegou-nos ao conhecimento uma carta de Luciara, no dia do índio, (19-4-73), assinada por 125 moradores daquele lugarejo e endereçada ao Diretor do Parque Indígena do Araguaia, Ilha do Bananal. Entre outras coisas, dizia: "Pedimos em favor deles (índios Karajás em Luciara) uma urgente intervenção da FUNAI. Alguns gravemente doentes (tuberculose) e todos absolutamente abandonados, precisam de uma assistência excepcional e permanente".

Na Bahia, não obstante o reduzido número de índios lá existentes, encontramos a mesma violação dos seus direitos, com todas as conseqüências que daí derivam: "Homens entregues à bebida, mulheres transformadas em empregadas domésticas, crianças que morrem antes de completar 1 ano de idade, assim vivem os índios Quiriris, tribo em decadência atualmente, localizada na Vila de Mirandelo a 293 Ks. de Salvador" (35).

Os índios Pataxós, como aliás todos os outros, nos planos oficiais, valem até menos que a flora e a fauna: "A proteção deles deveria unir-se ou mesmo sobrepor-se à defesa da flora e da fauna do lugar" (36). E se sua transferência for concretizada, "decretará" o fim do último direito que a tribo ainda tem de viver na terra onde nasceu" (37). O protesto dos índios Pataxós é patético: "Nós, índios, somos como a plantação que, quando mudada de lugar, se não morre pelo menos se ressente muito. Não aceitamos sair daqui por-

Acervo ISA

que muitos anos antes de existir o parque, a gente já estava nesta terra que, boa ou ruim, é nossa e é onde nasceram, se criaram, morreram e estão enterrados nossos pais e avós" (38).

No Pará, "os índios (Gaviões) acabaram sendo removidos para outra área pela FUNAI. Mas estavam tão transtornados que as mulheres chegaram ao ponto de praticar abortos para que não nascessem crianças, pois os bebês, segundo elas, dificultavam a locomoção da tribo. E a tribo estava sempre mudando de lugar, fugindo dos brancos" (39). Um grupo deles "maltrapilho e faminto, chegou a Fortaleza para pedir ajuda" e na sua linguagem simples fizeram a denúncia contra a FUNAI porque ela é dirigida por um homem civilizado e homem civilizado engana o índio" (40).

O mesmo drama do índio pode ser presenciado no Nordeste onde "Xucurus", Fulniôs, Pankararus e Hamués ... sobrevivem apesar de confinados em parcelas de seus antigos territórios e "perambulam" de um lado para outro, sempre escorraçados" (41).

"Em Rondônia, a ocupação afeta índio e ecologia" (42). Surgem mortes de parte a parte e os responsáveis são "os grileiros, garimpeiros e seringueiros, que invadem as terras dos índios" é o que se vê obrigado a reconhecer o próprio presidente da FUNAI (43). Mas a verdadeira responsabilidade recai sobre a FUNAI porque "tem dado permissão a empresas de mineração para explorarem minério na área indígena", como foi afirmado na Camara dos Deputados em Brasília (44).

Nesta rápida amostragem da situação dos índios, ficou bem claro que "o índio brasileiro está sendo exterminado. Com o avanço da civilização branca tem havido choques e sempre o índio brasileiro leva a pior. Esse extermínio não se faz apenas através de armas mais poderosas, mas também por causas biológicas introduzidas pelo branco", como afirmou o Professor Newton Freire Maia, Diretor do Departamento de Genética da Universidade do Paraná (45).

Não obstante a criação do novo órgão para atender às populações indígenas, a situação destas continua a mesma senão pior que a descrita pelo Grupo de Trabalho constituido por decreto presidencial, maio de 1968: "Em que pese à forte legislação que, desde o período colonial procura amparar o nosso índio, continua o desrespeito pelo silvícola. As dificuldades para o cumprimento dessas leis e a morosidade do rito processual nos casos de invasão ou posse, são incentivos para a continuação da expoliação de suas terras. Sem-

Acervo ISA

pre de maneira ilegítima, por fraude ou violência, foram as terras tiradas a seu dono. E, não raro, para "legitimar" o esbulho, há a acobertá-lo um decreto, uma lei ou um ato administrativo qualquer (46). "FUNAI, SPI mesma coisa"! exclamava com amargura um chefe Karajá...

"Os Villas Boas protestam" faz a manchete da notícia da verdadeira trama contra o Parque Indígena do Xingu, patrocinada pela FUNAI e defendida pelo General Ismarth de Araújo, superintendente do órgão, sob pretexto de integração: "índio integrado, segundo os boletins do órgãos, é aquele que se converte em mão de obra". Para os sertanistas, é um mal. Essa política caracterizou-se pela opressão" (47). O problema de fundo continua o mesmo, em que pese à explicação posterior do Superintendente que persiste em defender a "integração", mesmo que a qualifique de "lenta e harmoniosa" (48).

Para encerrar esse levantamento de dados, passemos a palavra a um dos nossos mais sensíveis poetas atuais: "Homens esquecidos do arco-e-flexa — deixam-se consumir em nome — da integração que desintegra — a raiz do ser e do viver. — "Vocês têm obrigação de usar calça — camisa paletó sapato e lenço — enquanto no Leblon nos despedimos — de toda a convenção e viva a natureza..." — Noel, tu o disseste: — a civilização que sacrifica povos e culturas antiquíssimas — é uma farsa amoral" (49).

2. — AS CAUSAS DA EXTINÇÃO DOS ÍNDIOS

Este sucinto e incompleto levantamento da situação das nossas populações indígenas já teria sentido para nós, se, com ele, conseguíssemos alertar a consciência de todos os brasileiros, correspondendo ao apelo do General Antonio Coutinho, Delegado da FUNAI: "Se a Igreja não botar a boca no mundo, os índios... vão ser sempre massacrados" (50).

Sinais de um despertar da consciência se vislumbram aos índios mas, diante da sombria realidade, não conseguem vencer uma "enorme sensação de remorso", porque "no fundo, no fundo, o que a gente faz é um crime", como melancolicamente confessava o sertanista Antonio Cotrim Neto (51).

Cumpre reconhecer que tem sido farto o noticiário dos jornais sobre os índios, mas esbarra na indiferença do nosso povo que tem uma visão errônea, superficial e tendenciosa a respeito das populações indígenas. Para a maioria, o índio não passa de um "selvagem" ou de uma figura de museu.

Acervo ISA

Para alertar e melhor interpretar essa problemática que, queiramos ou não, é também nossa, apresentamos algumas pistas para a análise das causas que produzem essa morte lenta das populações indígenas.

2.1. — A POLÍTICA INDIGENISTA DO GOVERNO

As populações indígenas são vítimas de todas as injustiças. A própria política indigenista, por ser mais política do que indigenista, está merecendo as mais severas críticas, a ponto de ser considerada "carente de qualquer mérito e um amontoado de contradições" (52).

"A reformulação urgente dos métodos adotados pela FUNAI é a única maneira de evitar que os índios brasileiros sejam destruidos pela civilização", afirmou o sertanista Cotrim (52).

Antes dos próprios métodos, há algo bem mais profundo a ser reformulado: "A única solução para o problema dos índios brasileiros será a total reformulação da atual política adotada pela FUNAI, disse o General Frederico Rondon" (54).

"Aparentemente a FUNAI é uma instituição muito dinâmica, à qual o país deveria inestimáveis serviços. Rara é a semana em que a imprensa não registra declaração de seu presidente sobre os projetos da entidade e as complexas tarefas realizadas por seus funcionários. Infelizmente essa imagem idílica da Fundação Nacional do Índio não passa de um mito" (55).

Dos altos escalões às simples equipes de atração, ressalvando uns poucos e heroicos sertanistas, o que caracteriza a FUNAI é o despreparo para a missão que foi chamada a desempenhar. Ela se transformou numa enorme máquina burocrática centralizada em Brasília e "cujas opções são alheias ao bem-estar da comunidade indígena" segundo ressaltou o Dr. Amaury Sadock (56).

O Dr. Sadock era o único dos altos funcionários da FUNAI que entendia de índio, mas teve que se demitir, dadas as irregularidades existentes no órgão que, na opinião do Gal. Badeira de Mello "atingem a quase todos os setores da FUNAI, envolvendo inclusive a nossa prestação de contas" (57).

É impossível reformular uma autêntica política indigenista sem a redefinição de princípios e conceitos e sem situá-la no conjunto da política nacional. Nem mesmo o conteúdo antropológico de certas palavras como "aculturação" e "integração" tem sido respeitado no jogo de prestidigita-

Acervo ISA

ção de certos conferencistas que a FUNAI tem enviado ao estrangeiro, na sua preocupação com a "boa imagem". A própria Convenção N.º 107 da Organização Internacional do Trabalho é utilizada dentro de outro esquema mental, dentro de uma realidade diferente e com outros objetivos.

"Declarações atribuidas a altos dirigentes da Fundação Nacional do Índio... vieram aumentar a distancia que separa os que têm interesse no índio sob o ponto de vista teórico mas que não podem nem devem deixar de olhá-lo tambem como ser humano" (58). A reformulação da política indigenista urge mais até porque se tornou "uma política contrária aos princípios que ela defendia quando foi criada" (59).

A doença que se manifesta em um órgão só poderá ser convenientemente diagnosticada se o exame se estender ao corpo inteiro. Será que não teremos mais elementos e mais esclarecedores se estendermos nosso exame à política global?

2. 2. — A POLÍTICA DO "MODELO BRASILEIRO"

Os dirigentes políticos brasileiros, no afã do "desenvolvimento", promovem os interesses econômicos de grupos internacionais e de uma minoria de brasileiros a eles integrada. Só podem fazer e de fato só fazem uma política economicista, sobrepondo o produto aos produtores, a renda nacional à capacidade aquisitiva da população, o lucro ao trabalho, a afirmação da grandeza nacional à vida dos brasileiros, a pretensão de hegemonia sobre a América Latina ao crescimento harmônico do Continente. Já está mais do que provado e disto nossas autoridades não fazem segredo, que foi aceito o caminho do "capitalismo integrado e dependente" para o nosso "progresso". Mais provado ainda está que o "modelo brasileiro" visa um "desenvolvimento" que é só um enriquecimento econômico de uma pequena minoria. Este enriquecimento da minoria será fruto da concentração planejada da riqueza nacional que, em termos mais simples, é o roubo do resultado do trabalho e do sofrimento da quase totalidade da população que progressivamente se irá empobrecendo (60).

Essa opção equivocamente desenvolvimentista tem como conseqüência a crescente marginalização do povo brasileiro, seja operário, sub-operário, seja pequeno proprietário da cidade ou do campo, seja arrendatário, posseiro, meieiro, peão, sub-empregado ou desempregado. Mais grave ainda é que se aprofunda a dependência do país em relação a outros países mais ricos e fortes, impedindo uma experiência de desen-

Acervo ISA

volvimento nacional, definido e assumido elos próprios brasileiros.

Em função dessa opção "desenvolvimentista" assim caracterizada é que se constituem os organismos administrativos, como a FUNAI. Muito a propósito vêm as recentes palavras do etnólogo Carlos Moreira Neto, do Conselho Nacional de Pesquisas: "O Brasil passa por uma febre desenvolvimentista que pode estar influenciando maleficamente a FUNAI" (61).

Todos os setores da administração devem colaborar para alcançar os mesmos objetivos. Portanto, todos estão dependendo das diretivas econômicas e a elas devem servir. Tendo estas uma linha antinacional e antipopular, é necessário que estes órgãos administrativos amorteçam e controlem as tensões sociais que apareçam. No nosso caso, "quando o território onde vivem apenas índios começa a receber colonos, madereiros e grupos exploradores de minérios, as autoridades resolvem o inevitável conflito entre índios e brancos — quando ainda restam índios — transferindo o grupo indígena para outro local mais afastado da civilização e às vezes já povoados por tribos inimigas das que chegam" (62). Nisto se reflete o fenômeno geral: o que importa não será promover algo mas "integrar" a população que puder ser integrada ao sistema adotado, servindo ao "modelo brasileiro".

Todos percebem que, com uma mentalidade e programa assim desenvolvimentistas que tem presente "somente o rendimento econômico, caminharemos fatalmente para a extinção total das populações indígenas, por mais belas sejam as nossas intenções, estatutos e leis" (63). O ex-diretor do SPI e experiente indigenista, Gama Malcher afirmou que "a política definida como de "proteção ao índio", na realidade transforma o silvícola em justificativa para a existência de um aparato burocrático que relega os interesses dos indígenas a um segundo plano afim de atender prioritariamente as pressões e interesses de latifundiários" (64). Com energia, o deputado Jerônimo Santana denuncia: "A FUNAI... se transformou num órgão de que os grupos se valem para explorar os recursos naturais das reservas onde os índios vivem. Hoje o índio é o que menos importa. O índio é uma coisa e a política posta em prática pela FUNAI o prova" (65). "As palavras "progresso" e "desenvolvimento" servem de escudo para destruição do ambiente natural brasileiro e para o extermínio dos indígenas" é a conclusão a que chega a equipe do "O Estado de São Paulo" que fez uma alentada pesquisa sobre "o indígena no Brasil" (66).

Acervo ISA

Para o povo pobre do Brasil o futuro que o sistema oferece é uma marginalização cada dia maior. Para os índios, o futuro oferecido é a morte. O insuspeito "Osservatore della Demenica" do Vaticano comenta: "esse progresso (do Brasil) no entanto tem um preço ecológico: a extinção dos índios" (67).

Da política global de desenvolvimento econômico do governo faz parte a "ocupação da Amazônia" (e do território nacional) mesmo que seja feita por companhias estrangeiras ou multinacionais que ali encontram grandes oportunidades de investimentos altamente lucrativos, na exploração de minérios e de madeiras ou na organização de "empresas agro-pecuárias".

Se para isso é necessário continuar os métodos importados e tradicionais de depredação da natureza, não importa. "Diz-se que é preciso abrir estradas para povoar, fixar o homem na Amazônia. Agora que as estradas estão abertas verifica-se que o deserto de homens permanece. Derrubam-se as matas não só para abrir estradas mas também para introduzir o boi. Garante-se que só com a pata do boi a Amazônia será conquistada... Em nome disso, expulsam-se os índios de suas reservas, mutila-se fortemente nosso equilíbrio ecológico", diz severamente Claudio Villas Boas (68).

Se para isso é necessário abrir grandes rodovias, sejam abertas mesmo que os "males sejam grandes", segundo Orlando Villas Boas que a propósito da BR-80 frisa: "Estrada política e não de interiorização" (69). Se é necessário expulsar os posseiros ali radicados há anos que, depois dos índios, foram os únicos defensores daquelas riquezas, sejam expulsos a qualquer custo, conforme a vigorosa denúncia até hoje irrespondida do Prelado de São Felix do Araguaia (70). Se necessário matar, mata-se.

E se ali se encontrarem os índios? Eles não podem impedir a marcha do "desenvolvimento" e devem ser "integrados", "aculturados" para colaborar no crescimento nacional. "O desenvolvimento da Amazônia não pára por causa dos índios" é o título de declarações do Ministro Costa Cavalcanti que exclama pateticamente: "E por que eles hão de ficar sempre índios?" (71).

Se os índios ali estão mas não produzem segundo os critérios do capitalismo integrado e dependente, se não possuem propriedade legal da terra, se não são proprietários de empresas agrícolas, então devem dar lugar aos novos "bandeirantes", devem retirar-se destas terras que nunca lhes pertenceram e que só agora a "civilização" dá ou vende

Acervo ISA

àqueles que vão desenvolver o país! Podem estes últimos explorar (ou roubar) nossas riquezas naturais que vão aumentar as riquezas dos países ricos... deles é o direito a apropriação daquelas terras. Se os índios assim provocados e expoliados do seu direito reconhecido teoricamente e do seu modo natural de viver, morrerem, pois que morram! Se reagirem, sejam enfrentados como se fossem eles os invasores dessas terras! O Marechal Rondon, em trágica profecia, já em 1916 dizia: "Mais tarde ou mais cedo, conforme lhes soprar o vento dos interesses pessoais, esses proprietários — coram Deum soboles (ante a face de Deus) — expelirão dali os índios que, por uma inversão monstruosa dos fatos, da razão e da moral, serão considerados e tratados como se fossem eles os intrusos, salteadores e ladrões" (72).

Fazendo eco à profecia do Marechal Rondon, diz o Xavante Juruna: "... a terra é a única riqueza que o índio tem na vida. Sem ela, ele vira um bicho, um cachorro que está sempre triste... Eles (os Kranhacacores) precisam saber que o branco quer sempre enganar para ficar com as terras" (73). Não falta razão aos irmãos Villas Boas quando clamam: "Nossos índios estão morrendo, desaparecendo numa paisagem em que o boi e o capim vão expulsando definitivamente o homem. Agora, diante do processo de ocupação da Amazônia, vemos o índio ao largo do desenvolvimento como mera paisagem" (74).

Se apresentamos aqui a atual política indigenista como a causa mais próxima da situação em que vivem (ou morrem) nossos índios, temos clara consciência de que a CAUSA real e verdadeira está na própria formulação global da política do "modelo brasileiro". E se dizemos que é necessário modificar profundamente a política da FUNAI, afirmamos que isto somente será possível com uma modificação radical de toda a política brasileira. Sem esta modificação global, não poderá a FUNAI ou outro organismo passar dos limites de um assistencialismo barato e farisaico aos condenados à morte, para camuflar o inconfessado apoio aos grandes proprietários e exploradores das riquezas nacionais. Neste contexto, o decantado Estatuto do Índio não passará de uma publicidade oportunista ou uma homenagem póstuma.

De nada adiantaria reformular a FUNAI se a psicose desenvolvimentista, motivada por exclusivos critérios econômicos e por um falso prestígio nacional, continuasse a dominar a política global do país. Seria o mesmo que reformar um dos vagões, não modificando o trilho-sistema que está estragado: o desastre é inevitável!

Acervo ISA

3 — O FUTURO DO ÍNDIO

Depois desta sumária análise das causas da situação das populações indígenas: a política indigenista oficial, fruto da política global do sistema brasileiro, a conclusão imediatista seria que não existe nenhuma solução para o problema. Sertanistas, funcionários e missionários, que atraem novos grupos de índios, sentem-se angustiados pela consciência de que o resultado de seu trabalho foi apenas atrasar (ou acelerar?) de alguns anos a extinção de tais grupos.

"É com tristeza, diz Apoena de Meireles, que tentamos atraí-los, sabendo-se que um futuro sem perspectivas os aguarda" (75).

Esta mesma nostalgia se encontra em declarações de outros conhecidos sertanistas. Orlando Villas Boas, em setembro deste ano, voltando de uma frente de atração "parecia preocupado com o destino dos índios, que chama de tragédia" (76). Mas já em fevereiro, assim desabafava: "E quantos de nós, por força de miseráveis e desgraçadas circunstâncias os estamos traindo naquele exato momento do aperto de mão, do abraço, do sorrir, do gesto enfim de afeição. Desgraçados que somos, é a verdade. (77) Seu irmão Cláudio comenta com melancolia: "Levamo-lhes (aos índios) nossas doenças, intolerância e muitas vezes o extermínio criminoso, assumido, proclamado" (78).

No mesmo tom, falava Antonio Cotrim Neto: "Não pretendo contribuir para o enriquecimento de grupos econômicos à custa da extinção das culturas primitivas. (...) A política indigenista desenvolvida aceita a tese de que as culturas primitivas são quistos ao desenvolvimento nacional. Já estou cansado de ser coveiro de índio: transformei-me em administrador de cemitérios indígenas" (79).

Muitos Missionários fariam suas as enérgicas palavras do missionário jesuita, P. Tomás de Aquino Lisboa no Simpósio sobre o futuro dos Índios Cinta-Larga em março deste ano:

"O Parque Aripuanã será cortado como o foi o Parque do Xingu. O trabalho já está iniciado. Eu, como responsável pela atração desse grupo Cinta-Larga, não estou mais animado a fazê-la, a não ser que as regras do jogo sejam obedecidas: respeitar os índios, interromper os trabalhos da estrada até que se consiga falar com os índios para orientá-los nos seus futuros contatos com os brancos. Pois é melhor que o índio morra lutando pelo que é seu do que viver marginalizado e mendigando o que sempre foi dele" (80).

Acervo ISA

Será que os índios constituiriam "um povo com os dias contados"? (81), como afirma Claudio Villas Boas "os índios não terão propriamente um destino"? (82) Ou ainda, na melhor das hipóteses, segundo o falecido Francisco Meireles "o índio só tem um destino: a marginalização"? (83).

Não obstante esta trágica perspectiva ou exatamente por isso, é preciso salvar os povos indígenas, ameaçados de desaparecer. Eles mais do que patrimônio-arquivo da humanidade, são humanidade viva.

Eis por que se justifica que somente pessoas ou entidades conscientes, competentes e desinteresadas sejam mobilizadas para equacionar este problema.

Não é possível que se continue a dizer, em alto e bom tom: "Os índios estão cansados de serem índios. Eles querem beneficiar-se com os programas do Governo" (84). Se já é estranho que assim fale o Ministro Mario Andreazza, mais estranho é que o General Frederico Rondon afirme que se deve "promover a integração total (?!) mediante a absorção da mão de obra indígena" 85) e o General Bandeira de Mello, diretor da FUNAI, proclame que "a assistência ao índio deve ser a mais completa possível mas não pode obstruir o desenvolvimento da Amazônia" (86). Nesse contexto, não é de estranhar a fanfarronice do Deputado Gastão Müller: "Se os fazendeiros quisessem, poderiam ter partido para uma luta armada e seria muito fácil vencer os índios" (87).

Afirmações como estas, orquestradas por tantos fatos lamentáveis, confirmam as denúncias de genocídio...

Em que pese às reiteradas afirmações do Ministro do Interior de que "o problema dos índios é um problema do Brasil" (88) e "os outros países não tem o menor conhecimento do problema do índio brasileiro" (89), trata-se de um problema da humanidade, talvez melhor conhecido, em suas causas e motivações, nos países onde existe liberdade de informações e de debate. Afinal são milhões de seres humanos nas Américas e alguns milhares no Brasil, que há quatro séculos vêm sofrendo as maiores injustiças por parte de uma "raça" que se pretende superior.

Se o grau de consciência da humanidade correspondesse ao volume das informações, já não se toleraria mais tal situação iníqua. É com os olhos fitos no veredito da História, tradução do julgamento de Deus, que o Brasil deve solucionar o problema do indígena, não como questão de seguran-

Acervo ISA
ça nacional e economia, mas como imperativo da dignidade humana e da honra do povo brasileiro.

Somente assim seria legítimo que uma política indigenista brasileira se apoiasse num documento internacional (90).

Evidentemente o problema indígena brasileiro não se equaciona e menos ainda se resolve se não for situado em sua dimensão internacional. Mas também é evidente que não encontrará solução adequada, separado de seu contexto nacional, levando em conta que os índios constituem apenas alguns milhares dentro da esmagadora maioria de milhões de brasileiros marginalizados. Todos hão de concordar que "em nome de uma política da integração, que não integrou nem mesmo os civilizados, não se pode violentar uma cultura que, embora primitiva, tem garantido a subsistência secular desses povos. A sociedade civilizada só terá o direito de falar em integração do índio no dia em que, em seu meio, não houver ninguém morrendo de fome" (91).

"Há séculos — afirmam os irmãos Villas Boas sobre os índios — sobrevivem graças à caça, à pesca e a uma rudimentar agricultura. São felizes com suas crenças e seus rituais belíssimos. Por que então destruir essa cultura secular? Apenas para impor nosso sistema de vida aos índios? Civilizar para que? Destruir a organização tribal existente e depois deixar os índios marginalizados na nossa sociedade?" (92)

Sempre na perspectiva de uma mudança profunda da política global do atual modelo brasileiro, impor-se-ia ainda a organização de um grupo diversificado do qual participassem índios, antropólogos e outros cientistas, sertanistas e missionários, para promover o autêntico diálogo intercultural e a harmônica convivência e colaboração dos nossos diferentes povos.

Devemos reconhecer que frequentemente faltou esta visão e consciência sócio-política às entidades cristãs, preocupadas mais em "prestar assistência" aos índios. Em conseqüência, sob equívocos pretextos de uma caridade alienada, não raro trairam sua missão evangélica de defendê-los tenazmente da morte física e cultural ou de respeitar sua liberdade e dignidade de pessoa humana.

"Os próprios padres católicos — é afirmado em recente artigo da imprensa — após mais de 400 anos de catequese, viram-se obrigados a mudar de tática, pois se continuassem no mesmo propósito de Anchieta e Nóbrega (sic) o que iriam conseguir não seria mais do que a desagregação, margina-

Acervo ISA

lização, destruição e morte do que resta dos grupos indígenas brasileiros. E essa mudança de tática foi justamente no sentido de respeitar o indígena com suas crenças e seu modo de vida, valorizar a sua cultura ao invés de procurar impor a cultura dos civilizados" (93).

A visão de uma nova política indigenista deveria ser possibilitada e favorecida pela transformação das missões religiosas.

Exigindo que só pessoas devidamente qualificadas e com uma prática conseqüente, interfiram na solução do problema indígena, pensamos na formação adequada que devem ter os missionários, pois seu trabalho de evangelizadores sempre vai atingir o coração, o núcleo central das culturas indígenas. Tocar no coração sem a ciência e a perícia de uma equipe de cardiologistas seria causar fatalmente a morte àquele a quem desejamos fazer o bem.

Gravíssima responsabilidade é a do charlatão em medicina e maior ainda no campo da aculturação, onde se pode causar a morte não apenas a um que outro indivíduo, mas a um povo todo e à sua cultura.

Além disto, para que este trabalho seja eficiente, torna-se necessária uma espécie de assepcia, não no sentido de total isolamento, mas no sentido de preparar as populações envolventes. Com efeito, para os índios, todos os "brancos" ou "civilizados" representam de certo modo o "cristianismo" de que os missionários se reclamam e portanto também a mensagem que estes querem transmitir. Faz-se pois necessário que medidas análogas sejam tomadas em relação aos evangelizadores dessas populações envolventes.

Ensina o missionário-antropólogo Adalberto Holanda Pereira: O índio "é apenas diferente de nós e com o direito de continuar a *sua* vida ao lado da nossa. (...) Dentro da maior simetria entre os sistemas de interação, transmitamos ao índio os traços culturais que ele deseja receber e recebemos dele os que nos possa transmitir" (94).

4 — CAMINHOS DE ESPERANÇA

Mesmo percebendo sinais positivos, como sejam uma nova mentalidade missionária, a criação do CIMI, encontros ecumênicos, não estamos satisfeitos com o nosso trabalho e não podemos esquecer a dramaticidade da situação, descrita na lancinante "Carta dos Caciques de Votouro" (R.G.S.), da qual vamos reproduzir um pequeno trecho, segundo cópia do original:

Acervo ISA

"Queria ver os senhores de outra origem, não sendo o índio. Queria ver o português passar a nossa passada sem ninguém por ele e outro lado de origem italiana sem ter aquilo que traz o ensino: suas mãos presa seus olhos cego para o ensino seus ouvido surdo para ouvir as enducação, sem direito sociedade nenhuma, sem direito um palmo de terra, sem direito educar os filhos... O nosso plano de todos nossos irmãos de terra mundial nós acreditamos que somos iguais que nossos irmãos, corre sangue dos pés à cabeça, carne humana, iguais como qualquer um de nós" (95).

Aí está uma interpelação que suscita uma indispensável pergunta, em sentido contrário: O que seria o Brasil, se contasse *positivamente* com o índio? É bem possível que muitas autoridades e brasileiros de mentalidade capitalista e imperialista tremam diante desta pergunta, o que mostra que, consciente ou inconscientemente, apoiam a extinção dessas populações que constituem, por seus valores positivos, uma contestação viva do sistema capitalista assim como dos tais "valores" de pretensa "civilização cristã".

Diante de outra pergunta: o que seria a nossa Igreja, se contasse *positivamente* com o índio?, talvez a atitude de muitos irmãos de fé seria igualmente de embaraço. Se olhássemos positivamente para os valores vividos pelos índios criticarem nossos valores, ficaria evidente um incômodo julgamento.

Tanto para a sociedade brasileira quanto para a Igreja, o mesmo aconteceria se perguntássemos o que seria o Brasil ou nossa Igreja, se contássemos *positivamente* com os valores do povo marginalizado das cidades ou dos campos...

Por isso, convidando a todos para assumirem conosco este compromisso, nós nos propomos, em primeiro lugar, a continuar uma esperançosa luta pelos direitos dos povos indígenas. Mesmo que todos os fatos nos incitem ao desânimo ou ao desespero, fazemos nossa a vontade dos nossos irmãos índios de viver e de lutar pela preservação de sua cultura. Não trabalhamos por uma causa perdida, porque se trata de uma causa profundamente humana, pela qual vale a pena até morrer, se preciso for. Seria trair a nossa missão, se nos resignássemos a ser ministros de um Batimo *"in articulo mortis"*.

Em segundo lugar, não aceitaremos ser instrumentos do sistema capitalista brasileiro. Nada faremos em colaboração com aqueles que visam "atrair", "pacificar" e "acalmar" os índios para favorecerem o avanço dos latifundiários e dos exploradores de minérios ou outras riquezas. Ao contrário, tal procedimento será objeto de nossa denúncia corajosa ao lado

Acervo ISA

dos próprios índios. Com eles, não aceitaremos um tipo de "integração" que venha apenas transformá-los em mão de obra barata, avolumando ainda mais as classes marginalizadas que, no funcionamento do sistema de produção, enriquecem somente aos que já são ricos. Menos ainda, por ser mais humilhante e criminoso, colaboraremos com um trabalho que vise transformar o índio em um ser humano necessitado de tutela, pois ele não é um menor nem um inválido, e sua maioridade de indivíduo ou de povo, garantida pela própria lei na Natureza e por Deus, Senhor das consciências e fiador dos direitos humanos, não pode ficar condicionada a critérios de uma suposta "integração".

Em terceiro lugar, o objetivo do nosso trabalho não será "civilizar" os índios. Estamos convencidos, como o grande precursor Bartolomeu de Las Casas que "muitas lições eles nos podem dar não só para a vida monástica mas também para a vida economica ou política e poderiam até ensinar-nos os bons costumes" (96). Seria trair o Evangelho, reduzí-lo a instrumento de uma sociedade que "se desumaniza — como diz da cidade Cláudio Villas Boas — tornando o relacionamento entre as pessoas cada vez mais difícil, cada vez mais distante. Tenho pressa em voltar ao Xingu, uma pressa agônica, existencial. Lá, creio que poderei entendê-los melhor. Em síntese: não estando no processo de afogamento, compreenderei melhor o que se está afogando" (97).

Por outro lado, comprometidos com os povos indígenas, afirmamos:

Há entre eles valores vitais que os constituem como *povos* e, consequentemente, os fazem sujeitos de direitos que não podem ser espezinhados. "Como ser humano — proclama Apoena — não pode (o índio) ficar sempre sendo a vítima das decisões muitas vezes arbitrárias dos que pretendem dirigir-lhes o destino" (98). A única atitude válida será respeitá-los como povos e, num diálogo real e positivo, progredirmos juntos como humanidade. Qualquer tipo de intervenção que vise ensinar-lhes costumes e padrões de nossa cultura será ou dominação direta ou caridade farisaica. Só um diálogo assentado no reconhecimento de seus valores e direitos será autêntico e positivo para os dois lados.

Sem assumir a visão idílica de Rousseau, sentimos a urgente necessidade de reconhecer e publicar certos valores que são mais humanos, e assim, mais evangélicos do que os nossos "civilizados" e constituem uma verdadeira contestação à nossa sociedade:

Acervo ISA

1.º Os povos indígenas, em geral, têm um sistema de uso da terra, baseado no social, não no particular, em profunda consonância com todo o ensinamento bíblico, não só no Antigo mas no Novo Testamento, sobre a posse e o uso da terra (99). Corta-se assim pela raiz a possibilidade de dominação de uns sobre os outros à base da exploração particular de meios de produção. Nota Antônio Cotrim Neto que "com a chegada do branco, estabelece-se o conceito de propriedade particular, surgindo os conflitos na aldeia" (100).

2.º Toda a produção, fruto do trabalho ou do aproveitamento das riquezas da natureza e portanto toda a economia é baseada nas necessidades do povo, não no lucro. Produz-se para viver e não se explora o trabalho para lucrar. "O índio não se preocupa com acumular bens de qualquer natureza — ensina o jesuita Adalberto Pereira — nem possui o estímulo econômico no sentido de adquirir prestígio ou elevação do "status" social. Não conhece competição econômica e nem atitudes de ambição. Vive o sistema comunitário de produção e consumo, com divisão de trabalho segundo o sexo". (101).

3.º A organização social tem como única finalidade garantir a sobrevivência e os direitos de todos, não os privilégios de alguns. O comunitário prevalece sobre o individual. Toda expressão cultural visa celebrar e aprofundar este senso de comunidade. Eis a fonte da paz e da harmonia de que tem saudades os sertanistas: "nossos irmãos da selva — diz Cláudio Villas Boas — sem possuirem toda esta sofistificação tecnológica, são plenos e felizes, vivendo uma vida equilibrada e harmoniosa (102). Francisco Meireles sonha: "Intimamente gostaria que eles pudessem ser mantidos em suas aldeias e que nós, civilizados, ao invés de incutir-lhes nossos padrões culurais, aprendêssemos com os índios que sempre vivem em harmonia não só no grupo tribal mas com a própria natureza (103).

4.º O processo de educação caracteriza-se pelo exercício da liberdade. "Aprendem a ser livres desde a infância — diz Luiz Salgado Ribeiro — pois um pai nunca obriga o filho a fazer o que ele não quer. Um pai nunca bate no filho, por maior que tenha sido a sua travessura." (...) "O índio é acima de tudo um homem livre. Não depende de ninguém para o sustento de sua família — ele mesmo caça e pesca enquanto sua mulher cuida da pequena lavoura de subsistência — e isso lhe dá condições de não dever favor ou obrigação a ninguém. Nem a seu pai, nem ao chefe da tribo" — (104).

Acervo ISA

5.º A organização do poder não é despótica mas compartilhada. "Assim o chefe não é aquele que manda, mas sim o sábio que aconselha o que deve ser feito ... Se os índios seguem ou não seus conselhos, o problema não é do chefe. Ele apenas é um líder que aconselha; não um patrão que determina o que tem de ser feito. Mesmo no caso de uma guerra, o chefe nunca poderá determinar que todos os homens participem da luta" (105). (105). Isto significa que, entre eles, a autoridade é realmente um serviço à comunidade, não dominação. Claro que nestas condições não há lugar para instituições de policiamento e coerção.

6.º As populações indígenas vivem em harmonia com a nãtureza e seus fenômenos, em contraposição à nossa "integração com as diferentes poluições, destroços de uma natureza arrasada e substituida pelo habitat em que vivemos: "Os índios, ao contrário dos brancos, sempre conviveram em perfeita harmonia com a natureza, não havendo casos de tribos que tenham destruido a fauna ou a flora de qualquer região por elas habitada. Esta é a posição de antropologos e especialistas em indigenismo" (106).

7.º A descoberta, evolução e vivencia do sexo entram no ritmo normal da vida do índio, num clima de respeito, sem as características de tabu ou de ídolo que se manifestam em nossa sociedade e tanto a condicionam.

Essa enumeração de valores não pretende ser exaustiva nem eles se realizam uniformemente, mesmo porque cada grupo indígena constitui um povo, com suas características peculiares, cuja expressão maior é a língua. Não ignoramos que também no homem indígena há sinais da sombra do pecado que, sob formas diferentes do egoismo comum, embaraçam a plena realização e autêntica integração desses valores humanos.

Mas esses valores existem e devem ser respeitados, e promovidos. O trabalho a ser feito será decidido com os *índios* e nunca *para* os índios. Eles mesmos desenvolverão seus valores e suas técnicas e decidirão o que aceitam de nossa cultura e com isso realizarão seu caminho original, colaborando com o verdadeiro desenvolvimento integral do Brasil e da Humanidade.

Neste ano em que celebramos o 25.º aniversário da Declaração dos Direitos Humanos, se cotejássemos esses direitos com a nossa realidade civilizada e com a realidade indígena, talvez tivessemos a surpresa de descobrir que os índios mais os vivem e respeitam do que as nações que afiançaram sua formulação.

Acervo ISA

Se tivéssemos a corajosa humildade de aprender com os índios, talvez fôssemos levados a transformar nossa mentalidade individualista e as correspondentes estruturas econômicas, políticas, sociais e religiosas para que, em lugar da dominação de uns sobre os outros, pudéssemos construir o mundo solidário da colaboração.

Se como Igreja ou como pessoas que se pretendem cristãs continuarmos nos apresentando aos índios com belas palavras contraditadas por nossas iniciativas capitalistas, permanente e mais profundo será o escândalo para esses povos. Bem o mostra a pergunta de um índio Tupirapé ao missionário: "Quanto é que as Companhias (agro-pecuárias) pagaram ao Pai do Céu de vocês para ele *dar* as terras dos índios"?

O cristão só será sinal universal da salvação e revelador do amor do Pai do Céu, em toda parte e, em particular, para os povos indígenas, se for uma presença respeitosa e paciente e esperançosa que possa perceber, assumir, viver e revelar os legítimos valores desses povos em que se exprime a milenar ação de Deus em sua vida. Eis o que seria uma prática correta da continuidade da Encarnação de Cristo.

Ele mesmo o fez, antes de iniciar sua atividade pública de profecia, "despojando-se de sua divindade" (Fil. 2,7), para situar-se nos limites de um chão humano onde, homem, aprendeu com os homens, a linguagem do diálogo e o gesto da comunhão, faz abrir os caminhos de uma real libertação.

É preciso o despojamento da cultura para entender o índio, nosso irmão. Se a comunhão com o próximo, o amor, é o núcleo da mensagem evangélica, antes de qualquer proclamação verbal, deve ser atitude de vida. Só através de um processo de encarnação no seio dos povos indígenas, assumindo sua cultura, seu estilo de viver e de pensar, poderá ser demonstrada, de modo convincente, a transcendência do Evangelho tão afirmada teoricamente e tão negada na prática, pelas imposições de um rígido legalismo.

Transmitir o Evangelho é instaurar um processo de revelação libertadora e, antes de tudo, vivê-lo no seu dinamismo. Muitos apelos da presença e da ação" do Senhor, sementes do Evangelho, há de receber o evangelizador que real e lealmente se encarne no mundo dos índios. Sentir e decifrar tais apelos será condição preliminar da missão. Juntamente com os índios, é preciso identificar, na vida deles, os rastros de um Deus solícito que percorre e orienta os caminhos de todos os homens, ontem como hoje, para a plenitude dos tempos que é Jesus Cristo, o Homem Novo, cuja ressureição

Acervo ISA

radicaliza na história o pioneiro da transformação da Humanidade.

A Ressurreição do Senhor quebra os limites do tempo e do espaço, abrindo os horizontes de uma Nova Humanidade, enquanto autentica os valores pelos quais o Cristo morreu, os valores da Verdade, da Justiça, da Liberdade e do Amor, essenciais para se construir uma sociedade humana fraterna, sacramento, anúncio e revelação de que Deus é o Pai Nosso.

A Ressurreição do Senhor não permite que sua mensagem fique sepultada nos quadros de uma cultura, mesmo que essa cultura se intitule "cristã".

A Ressurreição do Senhor não permite que seus arautos fiquem reduzidos a pioneiros de um sistema desumano, apaziguadores de conflitos a serviço dos poderosos, a anestesistas de povos chamados primitivos ou selvagens para mortíferos transplantes culturais.

A Ressurreição do Senhor, prova de seu poder soberano, não é compatível com qualquer atitude de desânimo ou desalento, porque é a demonstração da lógica divina que, na execução do Reino, se arma da força dos fracos e da sabedoria dos incultos.

A esta altura, hão de acusar-nos de ter levantado problemas e não trazer soluções. As soluções só serão encontradas na realidade onde nos precede a ação do Espírito. Não haverá solução, enquanto não mudarmos nossos critérios e continuarmos desenvolvendo uma ação inconsciente e irresponsável, por falta de uma visão lúcida. A luz da fé não anula nem atenua nem substitui, mas antes acentua, aclara e exige uma análise objetiva e portanto global da nossa realidade.

Neste esforço de assumir nossa existência em todas as suas dimensões, sentimo-nos solidários com tudo o que existe no mundo, especialmente na América Latina, em favor da libertação do homem e dos povos, em particular dos povos indígenas.

Enfim, sentimo-nos ligados a toda luta pela configuração de uma solidária experiência nacional, o que não significa um nacionalismo estatalista nem tolera qualquer internacionalismo imperialista.

Vivemos sob o signo da morte-ressurreição do Senhor. Nossas populações indígenas, ao longo do tempo, já pagaram à morte o seu doloroso tributo.

Chegou o momento de anunciar, na esperança, que aquele que deveria morrer, é aquele que deve viver.

Acervo ISA

ADENDO

No dia 21 de dezembro p.p., podiam-se ler nos jornais manchetes como esta do Estado de S. Paulo: "Médici veta participação religiosa junto aos índios" ou, no Jornal do Brasil, "Estatuto dos índios é sancionado com vetos", esclarecendo logo na segunda alínea: "Os vetos se referem à participação de missões religiosas ou científicas na assistência às comunidades indígenas e à realização de contatos com índios".

Foi vetado o Parágrafo Único do Art. 2.º assim formulado: "É reconhecido às missões religiosas e científicas o direito de prestar ao índio e às comunidades indígenas serviços de natureza assistencial, respeitadas a legislação em vigor e a orientação do órgão federal competente".

Na justificação do veto, é alegado que "pela própria natureza da assistência ou tutela a ser prestada ao indígena, cumpre se preserve a unidade de ação e controle sobre as áreas ocupadas pelos silvícolas. A outorga a entidades privadas do direito de participar dessa tarefa criará, não obstante os seus altos propósitos, grave embaraço ao exercício da competência assistencial que é incumbida à Nação".

Logicamente foi também vetado o Artigo 64 e seu parágrafo, nos quais se autoriza e disciplina a prestação de serviços aos índios, sem fins lucrativos, por entidades religiosas, científicas ou filantrópicas.

Foi igualmente vetado o Parágrafo Segundo do Art. 18: "É vedado a terceiros contratar com índios a prática por estes de qualquer das atividades previstas no parágrafo anterior" isto é, "a prática de caça, pesca ou coleta de frutos, assim como de atividades agropecuária ou extrativa".

Da justificação, destacamos a seguinte frase: ..."cria esse preceito obstáculos ainda ao cumprimento dos objetivos cardeais do Estatuto, que consistem precisamente na rápida e salutar integração do índio na civilização" (Jornal do Brasil, 21/12/73).

Quando da aprovação da emenda do Senado sobre as missões religiosas e científicas, eis o que dizia o P. Vicente Cesar, presidente do Conselho Indigenista Missionário, no dia 23 de novembro p.p.: "Os missionários defendem os índios há séculos e um direito secularmente respeitado não pode ser transformado subitamente num simples consentimento de ação, sem desprimor para nossa História (O Estado de S. Paulo).

Acervo ISA

Seria supérfluo qualquer comentário, a esta altura, sobre esses vetos que apenas vêm ilustrar tudo o que já foi exposto: a redução dos índios à condição de pobres tutelados, o comportamento do governo que trata não somente as suas terras, mas suas próprias pessoas como objeto de apropriação e toda a iniqüidade da tal integração de que tanto se fala.

Se os missionários podem invocar um direito que lhes é conferido pelo Evangelho, portanto pelo próprio Deus, em termos de um imprescritível mandato, podem os cientistas invocar a outorga de seu direito da própria humanidade a cujo serviço se colocam.

Este adendo, imposto pelo caráter recente dos fatos, pretende simplesmente servir como confirmação de todo este documento.

I — YUCA PIRAMA

ADENDO N.º II

Motivos alheios à vontade dos autores fizeram com que este documento só venha à luz da publicidade três meses após a data para o qual foi preparado. Nas atuais circunstâncias em que vivemos, não será difícil ao leitor identificar o tipo de obstáculos que sua publicação encontrou. Poupamo-lhe, por isso, o relato de toda essa penosa história que já vale por um tributo pago à defesa dos nossos índios.

As notícias divulgadas pelos mais sérios jornais do país, após a data em que deveria ter vindo a público este documento, confirmam a análise da situação em que se encontram os índios e as críticas à FUNAI. "Ainda há pouco, os jornais estampavam o triste documento fotográfico de índios Kreen-Akarores mendigando na rota Cuiabá-Santarém. Os atritos entre tribos e colonos que lhes cobiçam as terras são fatos comuns. Igualmente rotineiras são as notícias de alcoolismo, prostituição, tuberculose e outras doenças contraídas por tribos que o homem civilizado pretende resgatar à vida primitiva" (JORNAL DO BRASIL, 12/3/74).

Os Kreen-Akarores, menos de um ano depois de atraídos, foram iniciados em aberrações, por um funcionário da FUNAI. "O presidente da FUNAI, general Bandeira de Melo, mandou instaurar inquérito para apurar as responsabilidades do sertanista (...) acusado de prática homossexualista, envolvendo índios Kreen-Akarores" (O POPULAR de Goiânia, 9/1/74).

Acervo ISA

A propósito desse lamentável fato, o missionário jesuíta Antônio Iasi Junior, comentava: "os índios estão sempre levando a pior, nossa luta em defesa de seus interesses chega a assumir características, de quando em quando, de tarefa insuportável. Sinceramente, não sei por que é que existe tanta insensibilidade, tanto egoismo e tanta podridão entre os que se dizem, alto e bom som, como defensores dos índios" (VOZ DO PARANÁ, 14-20/1/74).

Novos pronunciamentos foram ouvidos nas Câmaras, como o do deputado Juarez Bernardes, criticando as atividades da FUNAI e classificando-as como "um desastre social" (JORNAL DO BRASIL, 13/3/74).

As declarações de Rangel Reis, atual ministro do Interior, antes da posse, não deixaram de chocar a todos que se interessam pelo problema dos índios. "Novo Ministro quer fim das reservas indígenas" deu manchete de Jornal (JORNAL DO BRASIL, 9/3/74) e mereceram destaque na 1.ª página suas opiniões sobre a "absorção dos índios brasileiros na sociedade civil e o abandono — tão rápido quanto possível — da idéia de reservas indígenas", pois "o problema do índio será tratado dentro da nova ótica, sem romantismos"... (JB, id). Igualmente, deve-se partir "para uma política realista e honesta" (O GLOBO, 9/3/74). O novo presidente da FUNAI tentou um "arranjo" para encobrir a nota dissonante de tal declaração, dizendo que "as declarações recentes do Ministro do Interior do novo governo, Sr. Rangel Reis, foram mal interpretadas" (JORNAL DO BRASIL, 12/3/74).

Mas a confusão continua pois enquanto o Ministro diz que se deve partir "para uma política realista e honesta", o presidente da FUNAI, general Ismarth de Araújo, diz: "Haverá continuidade na política indigenista oficial..." (JORNAL DO BRASIL, 12/3/74).

O mais acertado seria dizer com o Presidente do CIMI: "A política da FUNAI é vacilante" (O ESTADO DE S. PAULO, 13/3/74). Ela deve ir ao sabor da política desenvolvimentista do país, para a qual o índio é visto como um estorvo ao progresso nacional. Entretanto "a questão do índio — como afirma o antropólogo Roberto da Mata, Diretor de Antropologia do Museu Nacional — deve ser colocada de outra maneira, ou seja: como o desenvolvimento brasileiro poderá beneficiar os grupos tribais que vivem em território nacional?" (O GLOBO, 17/3/74).

Acervo ISA

NOTAS

1 — Comunicado mensal da CNBB, n.º 231 — Dezembro, 1971 e L'OSSERVATORE ROMANO — Ed. em Português, 30/1/72.
2 — O ESTADO DE S. PAULO — 15/6/1971.
3 — O ESTADO DE S. PAULO —
4 — O ESTADO DE S. PAULO — 31/3/1973.
5 — JORNAL DO BRASIL — 16/11/1973.
6 — O ESTADO DE S. PAULO — 2/2/1973.
7 — O ESTADO DE S. PAULO — 18/8/1973.
8 — O ESTADO DE S. PAULO — 29/7/1973.
9 — A NOTÍCIA (MANAUS) — 10/1/1971.
10 — O GLOBO — 19/7/1971.
11 — JORNAL DO BRASIL — 15/11/1973.
12 — VISÃO — 25/4/1971.
13 — GONÇALVES DIAS, Antônio — OS TYMBIRAS, canto III.
14 — JORNAL DA TARDE — 8/12/1971.
15 — O ESTADO DE S. PAULO — 26/10/1971.
16 — O ESTADO DE S. PAULO — 8/8/1972.
17 — O ESTADO DE S. PAULO — 15/8/1973.
18 — O ESTADO DE S. PAULO — 16/11/197-.
19 — JORNAL DO BRASIL — 28-29/11/1971.
20 — O ESTADO DE S. PAULO — 12/3/1971.
21 — REALIDADE — Outubro de 1971.
22 — REALIDADE — Outubro de 1971.
23 — O ESTADO DE S. PAULO — 5/11/1973.
24 — CARLOS DE ARAÚJO MOREIRA NETO in "La Situacion del indígena en América del Sur" — Montevideo — Uruguay — 1972, p. 404.
25 — O ESTADO DE S. PAULO — 9/5/1971.
26 — VEJA — 28/2/1973.
27 — O ESTADO DE S. PAULO — 28/3/1972.
28 — O ESTADO DE S. PAULO — 19/4/1971.
29 — JORNAL DO BRASIL — 8/7/1972.
30 — O ESTADO DE S. PAULO — 4/4/1972.
31 — O ESTADO DE S. PAULO — 31/5/1972.
32 — JORNAL DO BRASIL — 25/10/1973.
33 — O ESTADO DE S. PAULO — 3/9/1971.
34 — O ESTADO DE S. PAULO — 31/3/1972.
35 — O ESTADO DE S. PAULO — ../1/1971.
36 — JORNAL DO BRASIL — 24/12/1972.
37 — O ESTADO DE S. PAULO — 27/2/1972.
38 — JORNAL DO BRASIL — 20-21/2/1972.
39 — O ESTADO DE S. PAULO — 25/5/1972.
40 — O ESTADO DE S. PAULO — 15/12/1971.
41 — O JORNAL — Rio — 29/4/1973
42 — O ESTADO DE S. PAULO — 22/5/1973.
43 — O ESTADO DE S. PAULO — 3/12/1971.
44 — CORREIO BRASILIENSE — 8/12/1971.
45 — VEJA — 5/4/1972.
46 — O ESTADO DE S. PAULO — 3/10/1971.
47 — O ESTADO DE S. PAULO — 20/11/1973.
48 — O ESTADO DE S. PAULO — 21/11/1973.
49 — JORNAL DO BRASIL — 15/2/1973 — Carlos Drumond de Andrade.

Acervo ISA

50 — CORREIO BRASILIENSE — 1/9/1973.
51 — O ESTADO DE S. PAULO — 5/11/1972.
52 — O ESTADO DE S. PAULO — 13/5/1971.
53 — O ESTADO DE S. PAULO — 20/4/1973.
54 — O ESTADO DE S. PAULO — 26/4/1972.
55 — O ESTADO DE S. PAULO — 30/3/1972.
56 — O ESTADO DE S. PAULO — 9/8/1973.
57 — O ESTADO DE S. PAULO — 22/8/1973.
58 — SILVIO COELHO DOS SANTOS — Índios e Brancos no Sul do Brasil" — Florianópolis, 1973 — pág. 21-22.
59 — O ESTADO DE S. PAULO — 15/5/1971.
60 — EU OUVI O CLAMOR DO MEU POVO — Documentos de Bispos e Superiores Religiosos do Nordeste — MARGINALIZAÇÃO DE UM POVO, GRITO DAS IGREJAS — Documento de Bispos do Centro-Oeste.
61 — O POPULAR — Goiânia — 22/11/1973.
62 — O ESTADO DE S. PAULO — 7/11/1972.
63 — O ESTADO DE S. PAULO — 15/4/1971.
64 — O ESTADO DE S. PAULO — 5/11/1972.
65 — O ESTADO DE S. PAULO — 19/1/1972.
66 — O ESTADO DE S. PAULO — 8/11/1972.
67 — O ESTADO DE S. PAULO — 10/8/1972.
68 — JORNAL DO BRASIL — 21/4/1973.
69 — O ESTADO DE S. PAULO — 20/11/1973.
70 — CASALDÁLIGA, Pedro — "Uma Igreja contra o latifúndio na Amazônia" — 1971.
71 — JORNAL DO BRASIL — 18/9/1973.
72 — O ESTADO DE S. PAULO — 10/8/1972.
73 — O ESTADO DE S. PAULO — 22/7/1973.
74 — O ESTADO DE S. PAULO — 29/4/1973.
75 — CORREIO DA MANHÃ — 19/9/1972.
76 — O ESTADO DE S. PAULO — 19/9/1973.
77 — JORNAL DO BRASIL — 14/2/1973.
78 — JORNAL DO BRASIL — 21/4/1973.
79 — O ESTADO DE S. PAULO — 8/2/1973.
80 — Atas do Simpósio sobre o futuro dos Cinta-Largas — Universidade Federal de Mato Grosso — Cuiabá — Março de 1973.
81 — ANUÁRIO DA COMPANHIA DE JESUS — Roma, 1971/72.
82 — O ESTADO DE S. PAULO — 14/11/1972.
83 — REALIDADE — Outubro, 1971.
84 — DIÁRIO DE PERNAMBUCO — 22/7/1973.
85 — JORNAL DO BRASIL — 24/5/1972.
86 — O ESTADO DE S. PAULO — 22/5/1971.
87 — O ESTADO DE S. PAULO — 2/9/1973.
88 — O ESTADO DE S. PAULO — 25/3/1972.
89 — O ESTADO DE S. PAULO — 9/11/1973.
90 — CONVENÇÃO N.º 107 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, Genebra.
91 — O POPULAR — Goiânia — 22/11/1973.
92 — O ESTADO DE S. PAULO — 7/11/1972.
93 — O POPULAR — Goiânia — 22/11/1973.
94 — ADALBERTO HOLANDA PEREIRA — "Questões de Aculturação" in ESSA ONÇA — Universidade Federal de Mato Grosso — § 12 (1973).
95 — CARTA DOS CACIQUES DE VOTOURO — 28/5/68 — Cópia datilografada, pág. 13.

Acervo ISA

96 — MARIANNE MAHN-LOT — "Barthélémy de Las Casas" — L'Evangile et La Force — Ed. du Cerf, Paris, 1964 — p. 102.
97 — O ESTADO DE S. PAULO — 29/4/1973.
98 — O ESTADO DE S. PAULO — 26/6/1973.
99 — DOM FRANZONI — "La Terra è di Dio".
100 — O ESTADO DE S. PAULO — 20/8/1972.
101 — ADALBERTO HOLANDA PEREIRA — "Questões de Aculturação" in ESSA ONÇA — Univ. Fed. de Mato Grosso — 1973, § 18.
102 — O ESTADO DE S. PAULO — 29/4/1973.
103 — O ESTADO DE S. PAULO — 26/6/1973.
104 — A VOZ DO PARANÁ — 39/9-6/10/1973.
106 — O ESTADO DE S. PAULO — 5/3/1972.